



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DIRETA – PROCESSO 0793/2025

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alíneas “a” da Lei nº 14.133/21)

DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresas especializadas em **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFEÇÃO DE PLACAS DE HOMENAGEM COM ESTOJO E QUADROS DE FOTOS DE VEREADORES PARA GALERIA**, em atendimento aos ditames normativos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste termo de referência.

DO DETALHAMENTO DO OBJETO

1.2 – O objeto deste Termo de Referência é exclusivo para a participação das Microempresas-ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP e/ou equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006.

1.3 - Os bens que se pretendem adquirir, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei Nº 14.133 de 01/04/2021, são de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no presente Termo de Referência e no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.4 - Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto e às descritas no Portal de Compras do Governo, prevalecerão às especificações constantes deste Termo de Referência.

1.5 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 28 da Lei Municipal nº 2384/2023 e art. 86 do Decreto Municipal nº 3335/2023.

1.6 - Esta contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais para o ano de 2025.

DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES, PREÇO UNITÁRIO E TOTAL MÁXIMO ESTIMADOS

1.7 - Os itens e as quantidades decorrem de Estudo Técnico Preliminar e devem atender as seguintes especificações abaixo:

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
01	5452	Confecção de <u>PLACA DE CIDADANIA COM ESTOJO</u> , sendo 11 Placas de Cidadão Casimirense e 11 Placas de Cidadão Honorário a serem entregues aos Homenageados dos Excelentíssimos Senhores Vereadores, <u>no dia 15 de setembro de 2025</u> , em	SERVIÇO	22	R\$ 310,27	R\$ 6.825,94



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

		virtude dos 166º Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Casimiro de Abreu, segundo as condições e especificações constantes neste Termo de Referência.				
PREÇO GLOBAL TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 01						R\$ 6.825,94
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
02	5452	Confeção de QUADRO DE GALERIA DE FOTOS dos Vereadores sendo 01 quadro identificando LEGISLATURA 2021/2024, BIÊNIO 2023/2024 , e 01 quadro identificando LEGISLATURA 2025/2028, BIÊNIO 2025/2026 , para Memorial Legislativo, segundo as condições e especificações constantes neste Termo de Referência.	SERVIÇO	02	R\$ 2.235,00	R\$ 4.470,00
PREÇO GLOBAL TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA O ITEM 02						R\$ 4.470,00
PREÇO GLOBAL TOTAL MÁXIMO ESTIMADO PARA OS ITENS 01 E 02						R\$ 11.295,94

1.7.1 – **DA PLANILHA DETALHADA CORRESPONDENTE AO ITEM 01:**

DETALHAMENTO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
<u>Placa de Homenagem – CIDADÃO CASIMIRENSE:</u> Placa em aço inox escovado com espessura de 01 mm gravado em foto corrosão colorida (conforme arte e especificações no Anexo) para homenagem aos agraciados com o Título de <u>Cidadania Casimirense</u> , medindo aproximadamente 22 cm x 17	SERVIÇO	11	R\$ 310,27	R\$ 3.412,97



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

<p>cm, sobre moldura em acrílico na cor preta, medindo aproximadamente 27 cm x 22 cm, com espessura de 4 mm e acabamento bisotado.</p> <p><u>Os Títulos de Cidadania conterão:</u> – O Brasão da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu; - O Brasão em marca d'água dos 166º Anos do Município de Casimiro de Abreu; - O Nome do Vereador. – O Nome do Homenageado, em evidência; – O Motivo da Concessão; – A Data da Outorga; – A Assinatura do Presidente da Câmara.</p> <p><u>Estojo que deve acondicionar a Placa de Homenagem:</u></p> <p>Estojo de tamanho 30 cm x 25 cm, com interior e exterior revestido em tecido de veludo na cor preta, acolchoado; internamente deverá possuir pequeno alto relevo para encaixe da placa (tipo auto expositor) e plaqueta de identificação, em aço inox escovado, com 0,08 mm de espessura na cor prateada, medindo aproximadamente 1,5cm x 8 cm, colada na parte externa do estojo (canto inferior direito) com o nome do homenageado.</p> <p>(CONFORME MODELO EM ANEXO)</p>				
<p><u>Placa de Homenagem: CIDADÃO HONORÁRIO</u></p> <p>Placa em aço inox escovado com espessura de 01 mm gravado em foto corrosão colorida (conforme arte e especificações no Anexo) para homenagem aos agraciados com o Título de <u>Cidadania Honorária</u>, medindo aproximadamente 22 cm x 17 cm, sobre moldura em acrílico na cor preta, medindo aproximadamente 27 cm x 22 cm, com espessura de 4 mm e acabamento bisotado.</p> <p><u>Os Títulos de Cidadania conterão:</u> – O Brasão da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu; - O Brasão em marca d'água dos 166º Anos do Município de Casimiro de Abreu; - O Nome do Vereador. – O Nome do Homenageado, em evidência; – O</p>	SERVIÇO	11	R\$ 310,27	R\$ 3.412,97



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

<p>Motivo da Concessão; – A Data da Outorga; – A Assinatura do Presidente da Câmara.</p> <p><u>Estojo que deve acondicionar a Placa de Homenagem:</u></p> <p>Estojo de tamanho 30 cm x 25 cm, com interior e exterior revestido em tecido de veludo na cor preta, acolchoado; internamente deverá possuir pequeno alto relevo para encaixe da placa (tipo auto expositor) e plaqueta de identificação, em aço inox escovado, com 0,08 mm de espessura na cor prateada, medindo aproximadamente 1,5cm x 8 cm, colada na parte externa do estojo (canto inferior direito) com o nome do homenageado.</p> <p>(CONFORME MODELO EM ANEXO)</p>				
--	--	--	--	--

1.7.2 – **DA PLANILHA DETALHADA CORRESPONDENTE AO ITEM 02:**

DETALHAMENTO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
<p>QUADRO DE GALERIA DE FOTOS DOS VEREADORES DA LEGISLATURA 2021/2024, BIÊNIO 2023/2024, composto de um placa acrílica laqueada na cor preta medindo 97,5 cm x 74 cm espessura de 8 mm, com 4 furos (01 em cada extremidade), com sobreposição de placa de acrílico transparente litografada, bisotes e alongadores, medindo 83 cm x 60 cm, espessura 4 mm, contendo: - Escritas pretas; - 10 (dez) fotografias, medindo 9 cm x 12 cm; - Brasão do Município de Casimiro de Abreu, colorido e letras pretas, no canto superior direito, medindo 15 cm x 15 cm; Brasão da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, colorido e letras pretas, no canto superior esquerdo, medindo 15 cm x 15 cm; para Memorial Legislativo.</p> <p>(CONFORME MODELO EM ANEXO)</p>	SERVIÇO	01	R\$ 2.235,00	R\$ 2.235,00



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

QUADRO DE GALERIA DE FOTOS DOS VEREADORES DA LEGISLATURA 2025/2028, BIÊNIO 2025/2026 , composto de um placa acrílica laqueada na cor preta medindo 97,5 cm x 74 cm espessura de 8 mm, com 4 furos (01 em cada extremidade), com sobreposição de placa de acrílico transparente litografada, bisotes e alongadores, medindo 83 cm x 60 cm, espessura 4 mm, contendo: - Escritas pretas; - 11 (onze) fotografias, medindo 9 cm x 12 cm; - Brasão do Município de Casimiro de Abreu, colorido e letras pretas, no canto superior direito, medindo 15 cm x 15 cm; Brasão da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, colorido e letras pretas, no canto superior esquerdo, medindo 15 cm x 15 cm; para Memorial Legislativo. (CONFORME MODELO EM ANEXO)	SERVIÇO	01	R\$ 2.235,00	R\$ 2.235,00
---	----------------	-----------	---------------------	---------------------

1.7.3 - O quantitativo das placas de homenagem é assegurado pela Lei Orgânica Municipal de Casimiro de Abreu e pelo Regimento Interno da Câmara, sendo definido pelo número de Vereadores, onde cada um tem o direito à entrega de 02(dois) títulos de cidadania distintos (Cidadão Casimirense e Cidadão Honorário), perfazendo um total de 22 (vinte e dois) títulos a serem adquiridos.

1.7.4 - No que tange ao Quadro de Galeria de Fotos de Vereadores, com o intuito de atualizar a Galeria do Memorial da Câmara (criado pela Resolução 002/2017) tem-se a necessidade do fornecimento de 02 (dois) novos quadros, nos quais seriam assim representados:

- a) 01 quadro referente à LEGISLATURA 2021/2024, BIÊNIO 2023/2024, com 10 fotos de Vereadores;
- b) 01 quadro referente à LEGISLATURA 2025/2028, BIÊNIO 2025/2026, com 11 fotos de Vereadores.

1.7.5 – As artes padronizadas dos itens do objeto serão entregues pela Câmara, estão apensadas nos moldes dos Anexos a este Termo de Referência e deverão ser obedecidas por parte da Contratada.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da Lei nº 14.133/21)

DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente Termo de Referência e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 - A contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação com base no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, na sua forma Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço.



DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3 - A Câmara Municipal de Casimiro de Abreu realiza, anualmente, Sessões Solenes de caráter institucional e cerimonial, destinadas a homenagear personalidades, entidades e eventos como forma simbólica da importância, recordação e agradecimento pelos serviços de relevante interesse público prestados em nosso Município.

2.4 - Os homenageados recebem os Títulos de Cidadão Casimirense e de Cidadão Honorário, tradicionalmente entregues pela Câmara, durante a Sessão Solene realizada em 15 de setembro, como parte das comemorações do aniversário da cidade. A concessão desses títulos é uma atribuição exclusiva do Poder Legislativo Municipal, em consonância com a nossa Lei Orgânica.

2.5 - As homenagens entregues em solenidades dessa natureza são tidas como um instrumento de reconhecimento e estímulo a pessoas, entidades ou instituições que contribuem para a sociedade casimirense, seja de forma profissional ou não, valorizando suas ações e reconhecendo a diferença que elas fazem no desenvolvimento econômico, social e cultural da nossa cidade.

2.6 - Dessa forma, conforme estabelecido na alínea “e”, do inciso V, do art. 49 Regimento Interno da Câmara, cada Vereador poderá indicar um nome de personalidade para a outorga do Título de Cidadão Honorário e um nome de personalidade para a outorga do Título de Cidadão Casimirense e que são concedidos numa Sessão Solene, com a presença de vários integrantes do meio político, convidados e munícipes.

2.7 - Ademais, em sua sede, no segundo andar do prédio administrativo, a Câmara expõe quadros de fotos dos Vereadores de diversas legislaturas, nos quais integram a Galeria do Memorial do nosso Poder Legislativo, criado pela Resolução 002/2017, a fim de valorizar a memória como direito fundamental do ser humano, por meio da conservação e difusão do conhecimento e da história desta Casa de Leis.

2.8 - As fotos expostas no quadro da Galeria de Vereadores incentivam a motivação e excelência no desempenho das funções legislativas, além de valorizar a imagem institucional, transmitindo profissionalismo e fortalecendo o vínculo da comunidade com sua Câmara Municipal, evidenciando a dedicação e o trabalho realizado. Esse registro histórico permite que futuras gerações conheçam a evolução do Legislativo Municipal, dando proximidade dos cidadãos com seus representantes nesta Casa.

2.9 - Portanto, pelo exposto acima, devido à importância da confecção e aquisição das placas de homenagem e dos quadros de galeria de Foto dos Vereadores, as contratações se fazem necessárias, uma vez que a Câmara não dispõe de recursos materiais e humanos, em seu Quadro de Pessoal Permanente, para realização dessas atividades a fim de solucionar a demanda.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da Lei nº 14.133/21)

3.1 - As pretensas contratações têm como objetivo a confecção de placas de homenagem personalizadas e de quadros de fotos dos vereadores, em entrega única e integral, confeccionados por empresas especializadas, visando atender às demandas da Câmara.

3.2 - A Câmara fornecerá à Contratada, por *e-mail* ou via *Whatsapp*, todas as informações necessárias para a confecção dos materiais, como:

- a) Lista nominal dos homenageados e respectivos tipos de títulos a serem gravados nas placas;



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- b) Layout institucional e padrão visual das placas e quadros;
- c) Fotografias e nomes dos Vereadores das Legislaturas de 2021/2024 e 2025 e 2028, bem como os cargos ocupados;
- d) Orientações quanto a medidas, materiais e acabamentos.

3.3 - A Contratada será responsável por:

- a) Criar arte digital preliminar das placas ou quadros, respeitando a identidade visual da Câmara;
- b) Submeter as artes para aprovação prévia da Câmara;
- c) Proceder aos ajustes solicitados pelo Fiscal do Contrato;
- d) Utilizar materiais de qualidade e durabilidade compatíveis com o uso cerimonial do evento e institucional da Câmara.
- e) Cumprir rigorosamente os prazos definidos pela Câmara.

3.4 - Após aprovação das artes, as Contratadas deverão confeccionar, conforme especificações constantes do item 1.7 deste Termo de referência:

- a) 22 (vinte e duas) Placas de homenagem com gravação personalizada ou,
- b) 02 (dois) Quadros de fotos dos Vereadores para a Galeria do Memorial Legislativo.

3.5 - A Contratada será responsável pelos custos e transporte seguro dos materiais que deverão ser entregues na sede da Câmara **dentro do prazo estipulado, devidamente embalados e em perfeito estado de conservação.**

3.6 - A Contratada deverá garantir a integridade dos itens por prazo mínimo de 90 dias após a entrega, responsabilizando-se por eventuais reparos ou substituições decorrentes de falhas de fabricação ou danos no transporte.

3.7 - Os quadros das Galerias dos Vereadores passarão a integrar o acervo permanente da Câmara Municipal, fazendo parte do patrimônio histórico e institucional do Memorial Legislativo.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/21)

4.1 - A participação é exclusiva a Microempreendedor Individual (MEI), Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, I da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2 – A licitante deverá apresentar 01 (um) **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os serviços com **características semelhantes ao objeto licitado**.

DA SUSTENTABILIDADE

4.3 - Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.4 - A empresa Contratada deverá garantir, no que couber, armazenar, transportar e destinar resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

4.5 - Os serviços e/ou fornecimento prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Câmara;

4.6 - É dever da Contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

DA SUBCONTRATAÇÃO

4.7 - Considerando tratar-se de contratação em que é usual haver no mercado a existência de empresas que executem de forma integral o objeto, com fulcro no art. 122 da Lei 14.133/2021, não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

DA GARANTIA

4.8 - Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto a ser prestado e o valor da contratação.

4.9 - O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5 – MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (art. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021)

DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 - A Contratada compromete-se a fornecer os itens contratados com o mais alto padrão de qualidade e profissionalismo, confeccionando os títulos de homenagens e os quadros para a Galeria de Vereadores conforme especificações acordadas entre as partes e em conformidade com as especificações técnicas descritas estabelecidas no presente Termo de Referência.

5.2 - A Contratada será responsável por realizar o transporte dos materiais até a Sede da Câmara, garantindo sua integridade e segurança durante todo o trajeto.

5.3 - Caberá ao licitante vencedor responsabilizar-se, exclusivamente, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação, e ainda arcar com todas as despesas operacionais, correspondentes a deslocamentos, fretes, seguros, taxas, emolumentos, cópias e quaisquer outras necessárias à execução do objeto desta contratação.

DA ENTREGA

5.4 - Os materiais deverão ser entregues novos e integralmente bem embalados na Sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, localizada na **Praça Feliciano Sodré nº 384 - Centro, Casimiro de Abreu - RJ**, cep. 28860-000, em dias úteis, no horário das 09 (nove) horas às 17 (dezessete) horas.

DO PRAZO DE ENTREGA

5.5 - O prazo máximo de entrega obedecerá ao seguinte cronograma:



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

a)	Para os títulos de Cidadania	até 29 de agosto de 2025.
b)	Para os Quadros de Vereadores	até 29 de setembro de 2025.

5.5.1 - A prorrogação de prazo para a entrega dos materiais deverá ser previamente acordada entre as partes, mediante formalização por escrito, a fim de garantir a transparência e eficiência na realização das atividades contratadas.

5.5.2 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6 - Para a perfeita execução do objeto, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades presentes no mercado.

5.6.1 - Caso seja identificado qualquer defeito ou incorreção, dentro do prazo de garantia estabelecido, a fiscalização avisará a Contratada imediatamente para que sejam sanadas as pendências, no total ou em parte, de forma imediata, para não trazer prejuízos a Câmara, comprometendo-se a Contratada em substituir ou reparar os itens defeituosos, sem qualquer ônus adicionais para a Câmara.

5.6.2 - Concluído o prazo concedido pela fiscalização para regularização, verificando que as pendências não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso, a partir daquela data, ficando a fiscalização encarregada de encaminhar à unidade responsável pela abertura de processo administrativo sancionatório, o relatório de inspeção para recebimento provisório de pendências não atendidas, em até 5 (cinco) dias úteis contados do término do prazo.

5.6.3 - No prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da emissão, pela fiscalização, do termo de recebimento provisório sem apuração de pendências ou da emissão do relatório de inspeção para recebimento provisório com pendências atendidas, o gestor emitirá o termo de recebimento definitivo do objeto do contrato, se constatadas as devidas condições de recebimento após a verificação da conformidade aos termos ajustados.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

5.7 - Os preços estimados, tanto unitários quanto globais, correspondem aos máximos que a Câmara se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

DO ACONDICIONAMENTO

5.8 - A Contratada será responsável por garantir que os materiais cheguem à Câmara em perfeito estado de conservação, sem riscos, quebras ou arranhões.

5.8.1 - Em hipótese alguma será aceito material com quaisquer características que venha a comprometer a utilização por este Poder Legislativo.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

DO CONTRATO:

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

6.1.1 - O instrumento contratual será substituído pela nota de empenho ou instrumento equivalente emitido em favor da Fornecedora.

6.2 - A Câmara fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a Contratada a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

6.3 - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da Câmara ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Câmara dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

6.4 - A Câmara se reserva o direito de recusar toda e qualquer forma de fornecimento que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Edital e seus Anexos.

6.4.1 - Em caso de manifestação de desistência do Fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

6.4.2 - A eventual rescisão se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, não cabendo, à fornecedora, direito a qualquer indenização.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.5 - A gestão do objeto a que se refere o presente Termo de Referência será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. **THIAGO FABIANO JARDIM MAURINO**, servidor designado pela Câmara.

6.6 – A fiscalização será executada pela Sra. **JOZIANE SILVA GOMES**, servidora designada pela Câmara, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 117, da Lei nº 14.133/2021, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer objeto que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos objetos que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.7 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da Contratada o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

6.8 - Serão atividades inerentes à Fiscalização:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência.
- b) Providenciar solução junto à Contratada de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- d) Apresentar, quando solicitado pelo Gestor, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega dos mesmos e de tudo dar ciência à Contratada, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar o fornecimento, que esteja em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela Contratada;
- j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

DAS ALTERAÇÕES

6.9 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

6.10 - A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

6.11 - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria Jurídica da Câmara.

6.12 - Registros que não caracterizam alteração do Contrato poderão ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei nº 14.133/21)

DO RECEBIMENTO

7.1 - Os materiais serão recebidos PROVISORIAMENTE, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal eletrônica, pelo servidor responsável, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 - O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal eletrônica, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo.

7.2.1 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.3 - No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal eletrônica no que refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.1 - O prazo para a solução, pela Contratada, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal eletrônica, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

7.4 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5 - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação por escrito (via *WhatsApp* ou e-mail), às suas custas, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se a Contratada às penalidades previstas na legislação e neste Termo de Referência, se não ocorrer a substituição ou correção.

7.5.1. O prazo de troca pode ser prorrogado desde que não ultrapasse a 05 (cinco) dias úteis e que seja devidamente justificado.

DA FORMA DE PAGAMENTO

7.6 - O pagamento será efetuado em moeda corrente do País, pela Tesouraria da Câmara, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, da data final do período de adimplemento da obrigação.

7.6.1 - O pagamento será efetuado através de depósito bancário ou transferência na conta corrente da Contratada, conforme informações apresentadas pela mesma.

7.6.2 - Será considerado adimplemento, a data em que o Fiscal do Contrato, der o RECEBIMENTO do material ou serviço especificado na respectiva Ordem de Início.

7.6.3 - Será solicitada a emissão de nota fiscal eletrônica, **por itens licitados (Títulos e Quadros de Galeria)**, após a concretização dos serviços, que será entregue ao Fiscal do Contrato e posteriormente encaminhada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do RECEBIMENTO, a respectiva Nota Fiscal Eletrônica isenta de erros que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.4 - A Contratada deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços.

7.6.5 - A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, emitida pela Contratada deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

7.6.6 - As retenções mencionadas acima serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

7.6.7 - O pagamento não será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

7.6.8 - O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

7.6.9 - O pagamento à Contratada será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços, discriminando no requerimento, o item com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da Câmara, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

7.6.10 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Câmara.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)

8.1 - O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na modalidade ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que será exclusiva para ME/EPP/MEI.

8.2 - O critério de julgamento será o MENOR PREÇO.

8.2.1 – A adjudicação será por ITEM.

8.3 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes da prestação do serviço.

9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'i', da Lei nº 14.133/21)

9.1 - A pesquisa de preços mercadológica será realizada pela Diretoria de Suprimentos da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, com vistas ao ajuste do preço, que irá constar de Anexo a este Termo de Referência, para efeitos de classificação e contratação.

9.2 - Será considerada vencedora a proposta mais vantajosa, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

9.3 - Na proposta de preço devem estar incluídos todos os custos e despesas decorrentes do fornecimento dos materiais.



10 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)

10.1 - Os recursos necessários para realização das despesas com a eventual contratação correrão a conta da previsão orçamentária da Câmara para o exercício de 2025, a saber: no Programa de Trabalho 01.031.0200.2903 e no Elemento de Despesa 3.3.90.32.99.00.00 – Outros Materiais de Distribuição Gratuita e Elemento de Despesa 4.4.90.52.99.00 - Outros Materiais Permanentes.

11 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 - A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1 - Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do Contrato.

11.1.1.1 - A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Câmara, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do Contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, de acordo com as peculiaridades do caso concreto, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Câmara, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.6 - Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.7 - Manter a regularidade junto ao SICAF.

11.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas do domicílio ou sede da Contratada, na mesma forma exigida no Edital ou Aviso de Contratação Direta;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade a Câmara e não poderá onerar o objeto do Contrato.

11.1.9 - Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.1.10 - Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pela Câmara ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.1.11 - Paralisar, por determinação da Câmara, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.12 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato.

11.1.13 - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.1.14 - Submeter previamente, por escrito, a Câmara, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do serviço, de acordo com os documentos anexos a este instrumento.

11.1.15 - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

11.1.16 - Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação.

11.1.17 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

11.1.18 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.19 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Câmara.

11.1.20 - Executar o objeto da contratação, de acordo com este Termo de Referência e com as normas e especificações técnicas.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

12 - OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

12.1 - São obrigações da Câmara:

12.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Contrato e seus anexos.

12.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico.

12.1.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas.

12.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada.

12.1.5 - Comunicar a Contratada para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.6 - Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

12.1.7 - Aplicar a Contratada as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

12.1.8 - Dar ciência à Procuradoria Jurídica para as providências com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pela Contratada.

12.1.9 - Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.9.1 - A Câmara terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

12.1.10 - Responder aos eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro efetuados pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze dias) dias, admitida a prorrogação motivada, uma única vez, por igual período.

12.1.11 - A Câmara não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.12 - O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios da Contratada e a Câmara.

13 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/21.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

13.2 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.3 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional nos termos da Lei nº 12.846/2013 seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.4 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.5 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao fornecedor, licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto a Câmara.

13.6 - O Fornecedor, Licitante ou Contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto a Câmara e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

13.7 - A Câmara deverá remeter o extrato do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, para a publicação no Diário Oficial do Município, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

13.8 - A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Diretoria de Controle Interno da Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

14 – DA PROTEÇÃO DE DADOS

14.1 - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

14.5 - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6 - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.7 - A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.8 - A Câmara poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

14.9 - A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Câmara, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10 - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1 - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11 - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

14.12 - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

15 – DA COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

O Termo de Referência foi elaborado pela Comissão de Planejamento, nomeada pela Portaria 055/2025, composta pelos seguintes servidores: Cláudia da Conceição Joaquim, mat. 001/PL; Gleice Rosa da Silva Mescolin, mat. 024/PL e Felipe Paschoal Linhares, mat. 643.



CÂMARA MUNICIPAL CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

ANEXO I.a DO TERMO DE REFERÊNCIA - MODELOS DOS OBJETOS

I - Para as Placas de Homenagem e respectivos estojos:



II – Para os Quadros para Galeria de Vereadores:





CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

LAYOUT PARA AS PLACAS DE HOMENAGEM



Câmara Municipal de Casimiro de Abreu
Estado do Rio de Janeiro

A Câmara Municipal, por indicação do vereador

FULANO DE TAL

confere ao Sr.

CICLANO DE TAL

o título de
CIDADÃO HONORÁRIO

pelos relevantes serviços prestados ao município.



Casimiro de Abreu, 15 de setembro de 2025.

VICTOR FERREIRA VARELA
Presidente



Câmara Municipal de Casimiro de Abreu
Estado do Rio de Janeiro

A Câmara Municipal, por indicação do vereador

FULANO DE TAL

confere ao Sr.

CICLANO DE TAL

o título de
CIDADÃO CASIMIRENSE

pelos relevantes serviços prestados ao município.



Casimiro de Abreu, 15 de setembro de 2025.

VICTOR FERREIRA VARELA
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

**COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE GALEIRA DE FOTOS DOS VEREADORES QUANTO
AO SEU POSICIONAMENTO NO LAYOUT**

LEGISLATURA 2021/2024, BIÊNIO 2023/2024, com 10 fotos de Vereadores.



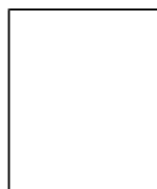
VITOR FERREIRA VARELA
Presidente



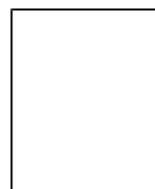
MARCELO MOTA GAIÃO
Vice-Presidente



LEONARDO DA ROCHA IZIDORO
1º Secretário



WELLINGTON AZEVEDO DOS SANTOS
2º Secretário



MARCOS FRESE MILLER
Vereador



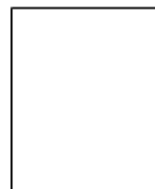
Mª DE FÁTIMA PEREIRA CANEJO FRANCISCO
Vereadora



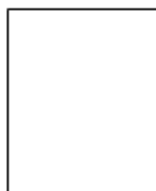
TIAGO MAGALHÃES VIEIRA
Vereador



CARLOS EDUARDO DO COUTO PASCHOAL
~~Vereador~~



PEDRO YGOR GADELHA MOTA DOS SANTOS
~~Vereador~~



DENISON RANGEL
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

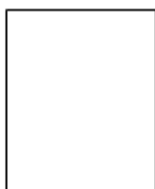
COMISSÃO DE PLANEJAMENTO

**COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE GALEIRA DE FOTOS DOS VEREADORES QUANTO
AO SEU POSICIONAMENTO NO LAYOUT**

LEGISLATURA 2025/2028, BIÊNIO 2025/2026, com 11 fotos de Vereadores.



VITOR FERREIRA VARELA
Presidente



CARLOS EDUARDO DO COUTO PASCHOAL
Vice-Presidente



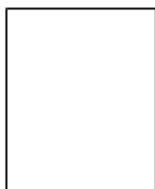
MARCELO MOTA GAIÃO
1º Secretário



LEONARDO DA ROCHA IZIDORO
2º Secretário



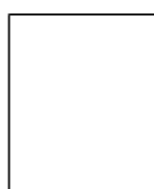
PEDRO YGOR GADELHA MOTA DOS SANTOS
Vereador



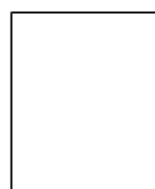
TIAGO MAGALHÃES VIEIRA
Vereador



DENISON SOARES RANGEL
Vereador



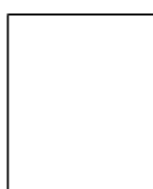
RAFAEL JARDIM PEREIRA RAMOS
Vereador



OZILEI ALVES MOREIRA
Vereador



ROSIMERY ROSA MANGIFESTA MACABU ARAUJO
Vereadora



VINICIUS PEREIRA DA SILVA
Vereador